

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE
PIQUET CARNEIRO/CE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.04.15.01

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00006.20250331/0002-40

A VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 03.817.702/0001-50, estabelecida na Rua Rosulio Ferreira Guimarães, nº 839, centro, CEP: 75.901.260, na cidade de Rio Verde, telefone para contato nº (64) 3003-5573, e-mail licitacoes@volus.com, por seu representante que este subscreve, vem, respeitosamente, apresentar

IMPUGNAÇÃO

Com fulcro no Art. 164, §1º, da Lei nº 14.133/21, aos termos do Edital em referência, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I – DOS FATOS

A impugnante tendo interesse em participar da licitação supramencionada, ao analisar o respectivo Edital e anexos, especificamente as condições para participação do pleito em tela, deparou-se com a descrição do OBJETO, e com o item 5.3. contendo a Tabela de cronograma da implantação, contendo as exigências in verbis:

1. DO OBJETO 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE GESTÃO DE FROTA ATRAVÉS DE APLICATIVO E SUPORTE OPERACIONAL PARA O GERENCIAMENTO E CONTROLE INFORMATIZADO DA FROTA, COM USO DE TECNOLOGIA QR CODE , COMO MEIO DE INTERMEDIÇÃO DO PAGAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ETANOL E DIESEL S10), E ACOMPANHAMENTO DE ABASTECIMENTO EM TEMPO REAL, BEM COMO PEÇAS, PNEUS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, EM REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS DA CONTRATADA, DE RESPONSABILIDADE DE DIVERSAS UNIDADES GESTORAS DO MUNICÍPIO DE PIQUET CARNEIRO/CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	
Fornecer QR Code para os veículos do CONTRATANTE.	01 (um) dia após o cadastramento do Veículo

A exigência elencada, como demonstraremos a seguir, somente refletem a impossibilidade de fomentar a participação de potenciais licitantes, fere o princípio da competitividade, isonomia e os entendimentos jurisprudenciais.

VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

Rua Rosulino Ferreira Guimarães, nº 839 – Centro – Rio Verde-GO. Fone: (64) 2101-5500

e-mail: licitacoes@volus.com.br

A exigência de haver tecnologia QR-Code como meio de pagamento e identificação via aplicativo, para aquisição de combustíveis, peças, pneus e serviços de manutenção, **restringe a ampla competitividade da licitação**, é desarrazoada, pois tais exigências é desproporcional com objeto em questão, direcionam para determinada empresa que provavelmente já os atende neste formato, além de cercear a participação de licitantes no procedimento em questão, acaba por estimular a formação de grupos econômicos, que restariam, assim privilegiados pelo Poder Público pela preferência que este lhes dá em edital licitatório, restringe o caráter competitivo do certame e fere a lisura do procedimento licitatório, **impondo-se a sua reformulação e consequente republicação**.

Por isso, tais exigências podem desequilibrar o certame, maculando a isonomia entre os licitantes e prejudicando o interesse público, por excluir da competição empresas que poderiam perfeitamente executar o objeto contratado com gerenciamento e administração via aplicativo e suporte operacional para o gerenciamento e controle informatizado da frota, como meio de intermediação de pagamento para aquisição de combustíveis (gasolina, etanol e diesel s10), e acompanhamento de abastecimento em tempo real, bem como peças, pneus e serviços de manutenção preventiva e corretiva, em rede de estabelecimentos credenciados da contratada, de responsabilidade de diversas unidades gestoras.

Diante de tão restritivas exigências, não restou alternativa à ora Impugnante, senão apresentar a presente Impugnação ao Edital, para que sejam revistas as disposições do Edital, pelas razões jurídicas a seguir aduzidas.

II – DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE QR CODE NO APLICATIVO

O edital exige, como condição para a prestação dos serviços licitados, o uso obrigatório de tecnologia QR Code como meio exclusivo de intermediação de pagamento para aquisição de combustíveis, peças, pneus e serviços de manutenção. Tal exigência pode ser verificada nos seguintes trechos do Termo de Referência:

"[...] com uso de tecnologia QR Code, como meio de intermediação do pagamento para aquisição de combustíveis [...]"

Entende-se que tal exigência restringe a ampla competitividade, por afastar potenciais licitantes que não disponham exclusivamente dessa tecnologia ou que utilizem outros meios igualmente seguros e eficazes (como cartões com chip, reconhecimento biométrico, ou aplicativos com autenticação multifator).

Nossos Tribunais, em perfeita consonância com o estabelecido no art. 9º, da Lei nº. 14.133/21 vêm decidindo no sentido de ser expressamente proibido que o Edital estabeleça disposições que frustrem ou restrinjam seu caráter competitivo, veja:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

*a) comprometam, **restringam** ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;*

- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

No mesmo sentido, temos jurisprudências que entendem que a formulação de exigências que fere o Princípio da Competitividade devem ser excluídas:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MITIGAÇÃO FLAGRANTE DA COMPETITIVIDADE. POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA POR POUCAS EMPRESAS, ESPECIALMENTE AS ATUAIS PRESTADORAS DO SERVIÇO. VIOLAÇÃO AO OBJETIVO DE LICITAÇÃO QUE É A OBTENÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. RESTRIÇÃO DESPROVIDA DE AMPARO LEGAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA DECISÃO QUE DETERMINA A RETIRADA DAS EXIGÊNCIAS EXCLUDENTES INDEVIDAS E MATÉM A REALIZAÇÃO DO CERTAME. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO INTERESSE PÚBLICO. 1. A formulação de exigências excludentes ou que diminuam a competitividade deve ser declarada nula por afronta aos princípios da ampla concorrência e da isonomia, previstos no artigo 8º, I, da Lei nº 8.666/93. 2. A previsão incluída no edital original de "apresentar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da frota correspondente ao Lote de menor frota do Grupo em que participar", com "capacidade equivalente a 50% (cinquenta por cento) do número de lugares ofertados estabelecido no Projeto Básico do Lote, exigências que apenas as atuais prestadoras do serviço interestadual e algumas poucas prestadoras intermunicipais, que por vezes possuem ligações com as de âmbito nacional, conseguem cumprir a previsão, o que demonstra de forma indelével a falta de razoabilidade e restrição à concorrência inseridos na exigência. 3. A restrição à concorrência não deve ser admitida, pois o objetivo a ser alcançado é a melhor proposta para a obtenção da melhor prestação do serviço, que deve ser alcançado com a adoção de um eficiente projeto de implantação, onde as exigências de qualidade no material a ser apresentado e no serviço a ser prestado é que devem estar objetivamente delineados, não havendo fundamento para excluir potenciais interessados ou mesmo possíveis bons prestadores do serviço, apenas por falta de experiência específica, o que no caso do país corresponde à quase totalidade dos que não operam o serviço regular, que desde a Constituição não foi objeto da necessária licitação. 4. A realização de procedimento licitatório tem por finalidade obter a proposta mais vantajosa para a Administração dentro da comprovação de cumprimento de parâmetros objetivos de qualidade e e competência técnica, que devem observar em sua estipulação os princípios constitucionais de regência da Administração, devendo ser afastada qualquer restrição estipulada no edital que se demonstre inadequada, impertinente

ou incompatível com o objeto da licitação, devendo ser afastados os critérios de restrição à competitividade. 5. A decisão que determina a exclusão de cláusulas restritivas e autoriza o prosseguimento da licitação não ocasiona prejuízo à recorrente, que apenas se vê obrigada a abandonar os critérios restritivos que resolveu adotar. 7. Agravo de instrumento improvido. (TRF-1 - AI: XXXXX20144010000, Relator: JUÍZA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS (CONV.))

Com base no exposto, fica visível que, tal exigência prejudica a concorrência da licitação, e por isto deve ser reformulada.

II – DA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE

Além do prejuízo a competitividade, a exigência de manter a tecnologia QR-CODE, fere também o princípio da isonomia, pois privilegia a empresa que detenha o contrato em vigor, a qual já possui a exigência elencada.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, incisos I e II, estabelece:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei serão observados os seguintes princípios:

I – planejamento;

II – seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, incluídos critérios de sustentabilidade;”

Além disso, o art. 7º da mesma Lei dispõe:

“As exigências de habilitação, as condições de participação e as exigências técnicas e especificações do objeto deverão estar vinculadas às finalidades da contratação e ser proporcionais às exigências do mercado.”

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, possa fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) já se manifestou sobre a necessidade de fundamentação adequada para exigências que possam restringir a competitividade. Em decisão relacionada ao uso de tecnologia específica em licitações, o TCE-MG destacou:

“Especificações com potencial de restringir o caráter competitivo da licitação devem ser adequadamente fundamentadas, com base em estudos técnicos que indiquem a sua essencialidade para atender as necessidades do órgão ou da entidade contratante.”
(Informativo de Jurisprudência nº 22 – SGPJ)

Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiterado que exigências que limitam a competitividade devem ser devidamente justificadas. Em um dos acórdãos, o TCU afirmou:

“A exigência de cláusulas ou especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição, deve ser evitada, sendo necessário verificar a razoabilidade das exigências impostas.”

(Acórdão 1228/2014 – TCU)

Além de garantir a proposta mais vantajosa para a Administração, a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia (art. 11, inciso II, da Lei 14.133/21).

Na Lei 14.133/21 o princípio da impessoalidade está no artigo 5º, que proíbe, nas condições editalícia, qualquer tipo de discriminação que frustre o caráter da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável do certame.

A imposição de meio de pagamento e identificação por QR Code não guarda razoabilidade nem proporcionalidade com o objeto licitado, sendo plenamente possível que outros sistemas informatizados de controle de abastecimento e manutenção cumpram a finalidade do edital.

Por isso, a Administração Pública não pode agir com arbitrariedade. Pelo contrário, em uma licitação, por exemplo, deve ser assegurada a igualdade de condições entre os concorrentes.


III – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer análise e admissão, e consequente REFORMULAÇÃO do presente Edital, excluindo a exigência da obrigatoriedade do uso da tecnologia QR Code, permitindo o uso de outros meios equivalentes de controle informatizado e pagamento, desde que atendam à finalidade da contratação, com as razões acima articuladas, de modo que seja o referido item revisado para que seja adequado.

Que seja, assim REPUBLICADO um novo instrumento convocatório, conforme a Lei 14.133/21.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Rio Verde/GO, 07 de maio de 2025.


VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA
Rayssa Silva Araújo
RG nº 6413965
CPF nº 065.239.541-45